

Julho - Setembro
2022

MORABEZA

Boletim Informativo



NAÇÕES UNIDAS
CABO VERDE



Editorial	1
PNUD atribui 1,5 milhões de dólares para reforçar o Youth Connekt Cabo Verde	2
Análise comparativa entre a legislação e práticas nacionais vis-à-vis à aplicação do Protocolo de 2014	3
Apresentação Pública da Coletânea de Legislação Criminal	3
Validação do Novo Programa de Cooperação	4
Inclusão Urbana - Centro Comunitário de Água Funda, inaugurado e entregue à população	6
Green Cities": FAO socializa iniciativa com potenciais parceiros em Cabo Verde	7
Saúde e Bem-Estar dos adolescentes - UNFPA junta-se ao Ministério da Saúde e edilidade dos Órgãos para promover saúde e bem estar dos adolescentes	8
Segurança Alimentar - Nações Unidas Apoiam Cabo Verde com dois projectos de emergência	9
Abordagem Territorial e Localização dos ODS - Para Não Deixar Ninguém nem Nenhum Lugar para Trás	10
Missão de Avaliação do ONUDC sobre o regime jurídico e sua aplicação em matéria de atos de pirataria	11
"Como podem as empresas da indústria de transformação e processamento do pescado contribuir para realização de trabalho digno"	11
JUSTIÇA + Tornar a justiça mais célere e próxima dos cidadãos	12
luta contra a pobreza Iniciativa Hand-in-Hand	13
Ambiente - Cabo Verde já tem a sua equipa nacional para elaborar o inventário nacional de gases com efeito de estufa	14
FAO novo Quadro de Programa do País (CPP) 2023-27 discutido com parceiros em Cabo Verde	15
Visita de Benchmarking do Gabinete de Recuperação de Ativos Criminais do Senegal a Cabo Verde com a parceria do ONUDC	16
1ª Edição do Fórum Nacional dos Direitos Humanos conta com a participação da ONUDC	16
Saúde Animal: Cabo Verde acolhe pela 1ª vez a Reunião Anual das Redes da CEDEAO	17
Tráfico de Pessoas - Mesa redonda sob o tema: Uso e abuso de Tecnologia	18

Editorial



Tudo se entranhou sem estranheza. De tal maneira que ao fim de vários meses era eu a dizer e a explicar a magia deste país. A ambição que cativa qualquer um. O sonho do impossível que já sabemos ser possível.



Na minha última edição da Morabeza quero contar a todos os amigos do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde e aos nossos funcionários que todos os dias contribuem para os resultados do trabalho da ONU com Cabo Verde, o que me vai na alma na *hora di bai*.

Vim para Cabo Verde por escolha. Estava em NY na Sede das Nações Unidas e quando surgiu esta oportunidade de ser Coordenadora Residente do SNU em Cabo Verde nem pensei duas vezes. De tanto que já ouvia falar de Cabo Verde e da sua unicidade, das minhas visitas enquanto turista, não hesitei.

Quando cheguei comecei a ouvir, a ver e a aprender. Com os meus colegas cabo-verdeanos que me tentavam “explicar” Cabo Verde em *briefs* e conversas. Falaram-me do surgimento de Cabo Verde, da construção do Cabo Verde do pós independência, destes *dez grãozinhos de terra* que alguns diziam ser inviável.

Tive a sorte de ter amigos jovens cabo verdeanos de outras paragens que estavam aqui, e que tanto discutimos Cabo Verde. Ouvi tudo. Tudo se entranhou sem estranheza. De tal maneira que ao fim de vários meses era eu a dizer e a explicar a magia deste país. A ambição que cativa qualquer um. O sonho do impossível que já sabemos ser possível.

A admiração que passei a ter por Cabo Verde e suas gentes tornou-se incondicional. De tal maneira que muitas vezes com esses jovens, jovens africanos que amam o seu país e continente e que nunca estão satisfeitos porque sempre pensam que Cabo Verde podia ser ainda mais. Bem hajam pois e essa forma de pensar crítica e construtiva que faz deste um grande pequenos país.

Depois no trabalho vi a dinâmica de uma equipa que punha o coração em tudo o que fazia. E fossem quais fossem os desafios estavam sempre prontos para mais umas horas, para trabalhar pela noite se assim fosse necessário. Porque todos estamos aqui para servir Cabo Verde.

Apreendi o verdadeiro significado da expressão **“We the people, for the people”**. A nossa carta fundadora tornou-se documento vivo que tentava espelhar todos os dias no meu serviço a Cabo Verde. Vivemos tempos atribulados durante estes quase cinco anos. Passamos transições, reformas das Nações Unidas, pandemias, crises climáticas, crises económicas, guerras. Mas nunca, nem por um segundo este país baixou os braços.

No meu gabinete frequentemente se ouvia a expressão **“Riba la Cabo Verde!!!”**. Porque a nossa missão é não só servir o país mas também ajudar a colocar este país no centro do mundo.



Esta terra estimada que provou e prova todos os dias que é mais do que viável. Em qualquer canto do mundo. Pelo acreditar e apostar na educação desde sempre. A arma mais poderosa do mundo. Pela boa governação de todos e respeito pelos direitos fundamentais. Pela força de vontade desta nação crioula que a tudo resiste e sai mais forte.

O significado da palavra resiliência foi feito à medida de Cabo Verde. Nas Nações Unidas sabemos que só juntos somos mais fortes. Em Cabo Verde todos os dias as pessoas se juntam para abençoar e dar mais uma gota de suor por esta terra estimada.

Esta “minha” última edição da Morabeza dedico a todos os funcionários do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde porque também eles representam esta ambição e gota de suor de todo o povo Cabo Verdeano. *Cabo Verde nha cretcheu.*

Até breve e continua a crescer!

PNUD ATRIBUI 1.5 MILHÕES DE DÓLARES PARA REFORÇAR O YOUTH CONNEKT CABO VERDE

Para o PNUD, a juventude está no centro das prioridades pelo que apoiamos o Governo de Cabo Verde na implementação de políticas e programas que beneficiem adolescentes, jovens e mulheres com mais oportunidades de emprego e empregabilidade.



E para reforçar esse compromisso com a juventude cabo-verdiana, o PNUD concedeu um montante de 1.5 milhões de dólares para reforçar o programa do governo para a Juventude, o Youth Connekt Cabo Verde. O ato de assinatura do memorando que oficializou a transferência dos fundos foi feito pelo Ministro Adjunto do Primeiro Ministro para a Juventude e Desporto, Carlos do Canto e pelo Chefe do Escritório Conjunto do PNUD, UNICEF e UNFPA, no Dia Internacional da Juventude, na cidade do Porto Inglês, cidade capital cabo-verdiana da juventude 2022.

Trata-se de uma contribuição anunciada em dezembro de 2021, pela Assistente do Secretário-Geral das Nações Unidas e Directora do Escritório Regional para África, Ahunna Eziakonwa, que vai ser alocado em três áreas prioritárias do Youth Connekt Cabo Verde: I) Desenvolvimento de Plataformas TIC e tecnologia digital; II) participação cívica, reforço das associações comunitárias de base e programas de voluntariado; III) apoio ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, com enfoque nas indústrias criativas e transformadoras.

Na sua intervenção, o Chefe do Escritório Conjunto do PNUD, UNICEF e UNFPA fez referência aos outros programas e fundos geridos pelo PNUD que também focam na juventude ao criarem oportunidades para a criação de emprego jovem, reduzindo, assim, a pobreza e a exclusão dos jovens.

“O Youth Connekt Cabo Verde, o “Fundo Lavanta, o Programa Plataforma e demais programas e projetos para juventude irão contribuir para que aos jovens beneficiem de mais oportunidades de emprego e empregabilidade, de incentivos ao fomento à investigação científica, criação de pequenas e médias empresas, criação de pequenas indústrias criativas e ao empreendedorismo social com vista a redução de pobreza extrema e inclusão dos jovens no processo de desenvolvimento sustentável do país.”



“O Youth Connekt Cabo Verde, o “Fundo Lavanta, o Programa Plataforma e demais programas e projetos para juventude irão contribuir para que aos jovens beneficiem de mais oportunidades”

PROTOCOLO SOBRE TRABALHO FORÇADO

Análise comparativa entre a legislação e práticas nacionais vis-à-vis à aplicação do Protocolo de 2014



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO



A Organização Internacional de Trabalho, através do projeto Trade for Decent Work, apresentou uma análise comparativa entre a legislação e práticas nacionais vis-à-vis à aplicação do Protocolo de 2014 sobre trabalho forçado. O Protocolo da OIT estabelece como obrigações prevenir o trabalho forçado, incluindo o tráfico de seres humanos e práticas análogas à escravatura, proteger as vítimas e dar-lhes acesso a mecanismos de recurso, reafirmando a importância de sancionar os infratores e pôr fim à sua impunidade. Um dos aspetos essenciais do Protocolo é a obrigatoriedade de “diligência devida” tanto pelo Estado como pelo setor privado para reduzir os riscos do trabalho forçado.

De acordo com o Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social “este estudo permitirá que o Governo de Cabo Verde possa definir a sua estratégia para contornar os eventuais constrangimentos e condicionalismos e trabalhar para colocar o país em condições de ratificar o Protocolo e assumir os compromissos internacionais plasmados neste instrumento, pois estamos altamente comprometidos e engajados com a eliminação do trabalho forçado”.

Mais informações sobre o Protocolo de 2014 sobre trabalho forçado podem ser encontradas na brochura “Normas da OIT sobre o Trabalho Forçado - O novo Protocolo e a nova Recomendação em resumo”:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---jpec/documents/publication/wcms_734463.pdf

Apresentação Pública da Coletânea de Legislação Criminal

O Conselho Superior do Ministério Público, em parceria com o ONUDC, no dia 01 de julho, fez a apresentação pública da Coletânea de Legislação Criminal, sistematizada em três volumes, e financiada pelo ONUDC.

A referida compilação, preparada na sequência das alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, teve o duplo propósito de aumentar a eficácia da atividade punitiva do Estado e de facilitar o trabalho dos aplicadores do direito, que passaram a ter um mais fácil acesso à legislação criminal nacional em vigor.

No ato da apresentação da referida obra, Excelência, o Procurador-Geral da República, Dr. Luis Landim, enalteceu a parceria da ONUDC frisando que “constitui um apoio imprescindível à luta contra a criminalidade.

Para o Procurador Geral da República “a coletânea de legislação criminal é de grande importância para os magistrados e outras profissões forenses. Por isso espera “que as presentes compilações contribuam para o reforço da qualidade dos serviços de justiça prestados pelos magistrados, Órgãos de Polícia Criminal, advogados, oficiais de justiça, entre outros”



“
É louvável o compromisso consistente de Cabo Verde no contínuo fortalecimento dos quadros legais, institucionais e operacionais”.

”
Cristina Andrade,
Coordenadora Sénior de Programa
do Escritório ONUDC Cabo Verde



VALIDAÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO 2023-2027 "UMA COOPERAÇÃO DE RESPEITO, RESPONSABILIZAÇÃO E DE PROXIMIDADE, SEMPRE", ANA GRAÇA



As Nações Unidas em Cabo Verde, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e Integração Regional e o Ministério das Finanças, realizaram em Setembro 2022, uma Reunião de Alto Nível durante a qual foi discutido e aprovado o novo Quadro de Cooperação entre as Nações Unidas e Cabo Verde, para o período 2023 a 2027.

Na cerimónia da abertura presidida pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia, a Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas, Ana Graça sublinhou que "Aprendemos lições, de maneira muito dura, com a pandemia em particular. Mas também nos unimos mais, fomos mais solidários e percebemos a importância da palavra RESILIÊNCIA. Quisemos garantir que, de forma alinhada com as prioridades nacionais, a resiliência, a preparação aos choques, a dignidade humana, os mais vulneráveis – as pessoas – estariam ainda mais no centro da nossa cooperação com Cabo Verde. Uma cooperação de respeito, responsabilização e de proximidade, sempre – para o bem e para o menos bem."

Para Ana Graça, ao longo dos últimos anos da parceria com Cabo Verde, as Nações Unidas, como plataforma de cooperação e solidariedade internacional e multilateral, tem trabalhado para congregar parcerias e impulsionar a defesa e cooperação para reduzir a pobreza, promover os direitos humanos, combater as alterações climáticas, a inovação incluindo digital, reduzir a desigualdade e mobilizar recursos e coligações de ação para a aceleração e expansão dos investimentos em desenvolvimento sustentável à escala para apoiar a recuperação para os ODS, em Cabo Verde. Coletivamente com todo o sistema das Nações Unidas, oferecemos opções e soluções de políticas, ajudamos a moldar estratégias e amplificamos as vozes dos que se encontram na linha da frente e dos mais vulneráveis.

O Novo UNCF (United Nations Country Framework) continuará a promover o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, contribuindo para acelerar a implementação integrada da Agenda 2030 e da Agenda 2063 da União Africana e terá como base as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento e as interligações entre segurança, direitos humanos e desenvolvimento. O programa irá igualmente a fomentar a integração intrarregional e a cooperação internacional no continente e no mundo.

De entre as áreas prioritárias do novo quadro, destacam-se o talento humano e o desenvolvimento do capital social, um pilar virado para a saúde, para a educação e para a protecção social com ênfase nos mais vulneráveis, na protecção das crianças e questão da igualdade de género.

Uma segunda área estratégica está relacionada com a transformação e diversificação económica e uma transição mais justa para um ambiente mais saudável, e por fim uma governação mais modernizada e reforçada.

No seu discurso, o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia referiu que "Nós queremos fazer de Cabo Verde uma nação global, digital, empreendedora, inclusiva e que respeite os direitos das minorias. Que respeita e promove os direitos das mulheres, mas também que procura garantir todas as condições para que tenhamos um país sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental. Um país que é capaz de apostar numa nova fórmula de governação que seja mais abrangente", declarou.

Mais do que o envelope financeiro, o mais importante é o conhecimento que as Nações Unidas trazem para ajudar Cabo Verde na construção de uma visão de futuro, de desenvolvimento e que pode também colocar o país na posição de país plataforma, útil aos seus concidadãos e útil ao mundo.

Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia



Inclusão Urbana:

Centro Comunitário de Água Funda, inaugurado e entregue à população



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis é um dos Objetivos da Agenda 2030, cujas metas preconizam entre outros aspetos garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada, aos serviços básicos e aumentar a urbanização inclusiva e sustentável.

Cabo Verde, assim como alguns dos outros países, tem enfrentado uma rápida urbanização gerando espaços informais nas suas principais cidades. Urbanizar os assentamentos (informais) e torná-los inclusivos, cuidando para que ninguém fique para trás, é uma tarefa exigente que requer uma abordagem holística, participativa, com forte envolvimento dos habitantes, possibilitando o desenho de soluções conjuntas e que se ajustem às necessidades dos territórios e lugares.

O acesso aos serviços urbanos básicos constitui também um outro desafio no quadro do rápido crescimento urbano. É neste sentido que Centro Comunitário de Água Funda (assentamento informal na Cidade da Praia), edificado com forte participação desta comunidade e inaugurado no passado dia 16 de setembro de 2022, marcará um antes e um depois na vida destas pessoas. Este equipamento social será certamente promotor da inclusão urbana e de melhoria do acesso a oportunidades para uma população que não dispunha de um espaço para reuniões, sessões de formação, encontros comunitários e outros serviços elementares para a promoção da vida comunitária e participação cidadã.

Importante mencionar que o espaço dedicado às crianças, além de garantir a segurança e um ambiente de socialização destas, é também uma estratégia para a construção da emancipação das mulheres, na medida em que pode diminuir a carga da dupla jornada geralmente assumida por elas.



O edifício tem



- 1** Auditório para eventos
- 2** Salas multiusos e de apoio administrativo
- 1** Sala para atividades infantis
- 1** Jardim interno e áreas de serviço e higiene
- 1** Espaço externo

O objectivo



é proporcionar um espaço para promover atividades socioculturais e educativas que fomentem o bem-estar, a segurança, autonomia e empoderamento da comunidade local.



6



SAÚDE E BEM-ESTAR DOS ADOLESCENTES

UNFPA JUNTA-SE AO MINISTÉRIO DA SAÚDE
E EDILIDADE DOS ÓRGÃOS PARA PROMOVER
SAÚDE E BEM-ESTAR DOS ADOLESCENTES



Dados do Terceiro Inquérito Demográfico e de Saúde em Cabo Verde (IDSR-III), realizado em 2018, pelo Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Saúde, com o financiamento do Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF indica que 21% das mulheres entre 25 e 49 anos tiveram o seu primeiro filho antes de atingir os 18 anos; que cerca de 16% das mulheres de 15-19 anos começaram a sua vida procriativa.

O IDSR III evidencia ainda que, no país, a idade mediana nas primeiras relações sexuais nas mulheres de 25-49 anos é de 17,4 anos, sendo que nos homens da mesma idade, esta idade mediana é de 16,4 anos.

Relativamente à violência baseada no género, cerca de uma em cada dez (11%) mulheres declararam terem sido vítimas de violência física, em algum momento, desde os 15 anos de idade e entre as mulheres que foram vítimas de atos de violência sexual, 3% sofreram-nos antes dos 15 anos de idade e 4% antes de 18 anos.

São alguns dos dados que mostram que uma educação sexual abrangente é necessária para que os jovens protejam e defendam a sua saúde, bem-estar e dignidade, e adquiram ferramentas necessárias, conhecimentos, atitudes e habilidades para fazerem escolhas livres e responsáveis.

Foi nesse sentido, com a assistência técnica e financeira do UNFPA e do UNICEF, e no âmbito de um protocolo de parceria, estabelecido entre o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Saúde dos Adolescentes, e a Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, foi realizada uma formação sobre saúde e bem-estar, na qual participaram 19 adolescentes, entre os 12 e os 19 anos, do município. Posteriormente, estes jovens irão trabalhar com os seus ares, nas comunidades.

No quadro desse protocolo, e com o apoio do UNFPA, serão realizadas diversas ações que visam melhorar a o nível de saúde integral dos adolescentes daquele concelho, particularmente no domínio da educação sexual integrada para os adolescentes e jovens, informações e aconselhamento nos domínios do planeamento familiar e das infeções sexualmente transmissíveis e na prevenção da gravidez na adolescência, consumo do álcool e outras drogas, entre outros temas.



SEGURANÇA ALIMENTAR

NAÇÕES UNIDAS APOIAM CABO VERDE COM DOIS PROJECTOS DE EMERGÊNCIA

A FAO, o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde e o Ministério da Agricultura e Ambiente assinaram dois projetos de emergência e segurança alimentar para apoiar a subsistência de famílias vulneráveis afetadas pela insegurança alimentar, prevenindo assim as consequências da tripla crise: 4 anos de seca severa, pandemia da COVID-19 e guerra na Ucrânia.

Os projetos visam contribuir para reforçar a implementação das medidas aprovadas pelo Governo de Cabo Verde para mitigar os efeitos da crise socioeconómica, apoiando-se nos mecanismos existentes de coordenação entre o Governo, a sociedade civil e os municípios, e integrados nos regimes de proteção social existentes no âmbito dos contratos-programa no quadro de criação de trabalho público.

São 650 mil dólares para abranger cerca de 15 mil famílias nas ilhas de Santiago e Santo Antão por um período de 06 a 08 meses. Os objetivos são (i) Assegurar a acessibilidade aos alimentos para as famílias mais vulneráveis; (ii) Salvar a segurança alimentar e a diversidade nutricional das crianças em idade escolar nas áreas mais vulneráveis através do reforço das cadeias de produção locais e das ligações de mercado e (iii) Salvar os meios de subsistência dos pastores mais vulneráveis durante os próximos meses críticos. O financiamento é do Reino da Bélgica através do SFERA (Fundo Especial para Actividades de Emergência e Reabilitação) e do Fundo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para o Ministro da Agricultura e Ambiente esses projetos irão ajudar a dar respostas ao reforço da resiliência nas ilhas mais afetadas: Santiago e Santo Antão. "Irá permitir para que possamos intervir de forma direta, ajudando famílias com a possibilidade de poderem trabalhar, obter mais rendimento, adquirir alimentos e satisfazer as suas necessidades, mas também, intervir a nível das escolas, uma vez que temos uma população bastante jovem e que precisa também de ter toda a assistência do Estado", afirma Gilberto Silva.



A Representante da FAO, Ana Laura Touza, ressaltou na altura que a segurança alimentar é uma das prioridades das Nações Unidas e lembrou que um dos objectivos do desenvolvimento sustentável é acabar com a fome e promover uma agricultura sustentável em todo o mundo. Devido à tripla crise (seca contínua, pandemia da COVID19 e guerra na Ucrania, a representante da FAO frisou que na altura (Agosto) "O arquipélago vivia um momento delicado em matéria de segurança alimentar, e que poderia deteriorar-se "caso não fossem tomadas medidas preventivas e urgentes para salvaguardar a acessibilidade alimentar", por isso "Face à avaliação conjunta realizada em Abril de 2022 (...) foi elaborado um plano de dois anos para prevenir uma maior deterioração e responder às necessidades urgentes". A assinatura do documento contou com a presença da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ana Patrícia Graça, quem afirmou que .



ESSA INICIATIVA INSERE-SE NA ESTRATÉGIA DO GOVERNO DE CABO VERDE PARA A MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA "TRIPLA CRISE" NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM CABO VERDE.

Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva



ABORDAGEM TERRITORIAL E LOCALIZAÇÃO DOS ODS: PARA NÃO DEIXAR NINGUÉM E NENHUM LUGAR PARA TRÁS

A promoção do desenvolvimento a partir de abordagens territoriais, que colocam as pessoas e os territórios no centro do desenvolvimento, vem ganhando cada vez mais importância, particularmente na implementação da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana, dando ênfase a abordagens intersectoriais, à articulação institucional, reforçando a necessidade de tornar os atores locais agentes ativos e localizar o desenvolvimento sustentável através de processos participativos, inclusivos e equitativos.

Reconhecer a desigualdade territorial como um dos grandes desafios ao desenvolvimento de países é um passo importante para a implementação de estratégias e ações que visem a convergência e a equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento por todos os indivíduos, independentemente dos territórios de origem e residência, e incrementa o combate às assimetrias económicas e sociais inter e intrarregionais.

A necessidade de uma abordagem territorial mais integrada e de abordagens espaciais equitativas para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, que permitam catalisar o progresso a nível regional e local com base nas suas capacidades atuais e potenciais futuros, exigem muitas vezes metodologias inovadoras, mas igualmente consistentes que possam apoiar a decisão de alocação estratégica dos recursos disponíveis impulsionando dinâmicas locais com efeitos multiplicadores para todo o território.



A O UN-Habitat tem colocado à disposição dos países ferramentas de abordagem territorial envolvendo diversas metodologias, instrumentos, dados e sistemas de cartografia que apoiam uma gestão baseada em resultados, bem como estratégias de desenvolvimento baseadas em critérios objetivos e cientificamente aceites que são gerados de forma consensual, não deixando ninguém e nenhum lugar para trás.

Em Cabo Verde, no quadro da Política de Coesão Territorial, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) apoiou tecnicamente a elaboração do Perfil de Especialização Económica das Ilhas, processo que também ajudou a conceção do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável PEDS II. A ferramenta de suporte foi o Quadro de Desenvolvimento Espacial (QDE).



07 Cenário 2026

Recomendações estratégicas

- Melhorar as infraestruturas e serviços de transporte aéreo e marítimo
- Desenvolver uma cadeia de valor haliéutica
- Desenvolver uma cadeia de valor agrícola
- Desenvolver uma cadeia de valor pecuária
- Promoção do empreendedorismo e capacitações técnicas no setor turístico
- Expandir a rede elétrica e água por meio de fontes de energia renováveis
- Elaborar instrumentos de planeamento adequados para a expansão urbana
- Preservar a biodiversidade e combater as alterações climáticas

Infraestrutura de transporte

- Estrada primária
- Estrada secundária
- Estrada terciária
- Rotas Marítimas

Portos

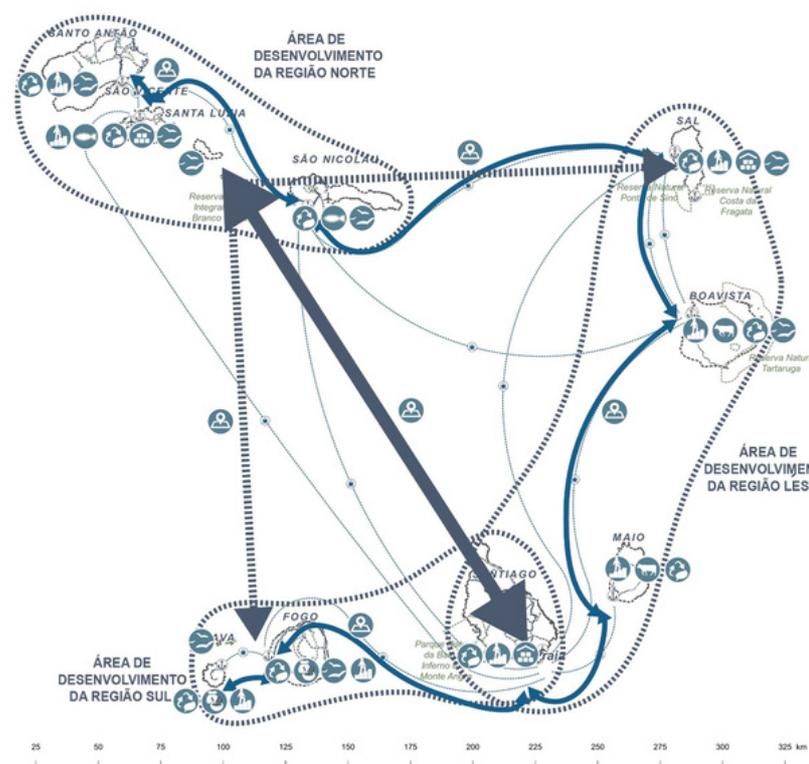
- Cais de Pesca
- Porto

Aeroporto

- Aerodromo
- Aeroporto Internacional

- Concelho
- Limite Ilha

Fontes de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE), Humanitarian OpenStreetMap Team (HOT), Infra-Estrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDECV)
Isenção de responsabilidade: As designações empregadas e a apresentação do material neste mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou quanto à delimitação de suas fronteiras ou limites.
UN-Habitat-Cabo Verde, Junho 2022





MISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ONUDC SOBRE O REGIME JURÍDICO E SUA APLICAÇÃO EM MATÉRIA DE ATOS DE PIRATARIA



A CEDEAO, com assistência técnica do ONUDC, encontrava-se em processo de adoção de um Ato Adicional, que, em plena conformidade com o direito internacional dos direitos humanos, visava facilitar a transferência de suspeitos de atos de pirataria para julgamento entre os Estados-Membros da CEDEAO.

Neste âmbito, para assegurar a implementação efetiva do referido Ato Adicional uma delegação do Programa Global do ONUDC para Controlo do Crime Marítimo, realizou uma missão nas ilhas de São Vicente, Praia e Sal, para avaliar se o atual regime jurídico e prática relevantes para a apreensão, detenção, transferência, investigação, acusação, julgamento e execução de sentença, incluindo prisão de suspeitos de atos de pirataria, cumprem as normas internacionais relevantes.



“COMO PODEM AS EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E PROCESSAMENTO DO PESCADO CONTRIBUIR PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DIGNO”

Este foi o título de um Atelier promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizado no Mindelo São Vicente, do qual resultou a adoção de um projeto de roteiro para a promoção da Declaração Tripartida de Princípios da OIT sobre Empresas Multinacionais e Política Social (Declaração MNE).

A Declaração MNE oferece orientação para a promoção de práticas empresariais sustentáveis, responsáveis e inclusivas para uma recuperação centrada no ser humano para alcançar um trabalho digno para todos.

Os princípios da Declaração MNE são direcionados para as empresas (nacionais e multinacionais), para os governos dos países

de origem e de acolhimento, e para as organizações de empregadores e de trabalhadores, fornecendo orientação em áreas tais como emprego, formação, condições de trabalho e de vida, relações industriais, bem como políticas gerais.

Na ocasião, O Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, quem presidiu a abertura do evento, destacou que "a transformação do pescado está bem desenvolvida e representa cerca de sete por cento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) e 80% das exportações e proporcionando cerca de 10 mil postos de trabalho e empregos nacionais, e por isso é um sector estratégico para o Governo."

Recorde-se que o projeto Trade for Decent Work, implementado pela OIT com financiamento da União Europeia e da Finlândia, visa melhorar a aplicação efetiva das normas internacionais de trabalho nos países que são parceiros comerciais da União Europeia.

Estiveram presentes a Adida da Secção de Cooperação da Delegação da UE em Cabo Verde, organizações de empregadores e trabalhadores bem como empresas que operam no sector da transformação do pescado e entidades governamentais, com especial ênfase às ligadas ao Ministério do Mar.

Programa JUSTIÇA +



Definido para ser um instrumento para assegurar uma ação entre o Ministério da Justiça e os Conselhos Superiores das Magistraturas, o programa tem, ainda, como objetivos a redução das pendências e o combate à morosidade



JUSTIÇA + Tornar a justiça mais célere e próxima dos cidadãos

Contando com o apoio do PNUD, para a sua implementação, o JUSTIÇA + consiste num conjunto de medidas e ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Justiça, em concertação com o Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público, nos próximos três anos, com a finalidade de promover a transformação da justiça, tornando-a mais célere, eficaz e próxima dos cidadãos.

O programa irá atuar em seis áreas, nomeadamente: Poder Judicial; Reinserção Social - Recuperação; Medicina Legal e Ciências Forenses; Informação Jurídica; Assistência Judiciária; Justiça Restaurativa - Mediação, tendo como prioridades o desenvolvimento e entrada em funcionamento do Sistema de Informação da Justiça (SIJ); a instalação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; a estruturação e instalação do Centro de Mediação e Arbitragem; a reforma do Sistema de Informação Jurídica e Assistência Judiciária; o desenvolvimento e a institucionalização de programas de Recuperação e Reinserção Social dos Reclusos, com enfoque prioritário na população prisional jovem.

Na sua intervenção, o chefe do Escritório Conjunto do PNUD, UNICEF e UNFPA, Steven Ursino, destacou os ganhos do país em matéria de boa governação, porém destacou a morosidade da justiça como sendo uma das preocupações dos cabo-verdianos.

Para o combate a esse problema, Steven Ursino considera ser importante estimular-se a utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, "que pode contribuir muito para a diminuição da tensão social, para a promoção da cultura da paz e para aliviar o sistema de excessos de processos."

Para o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, torna-se fundamental melhorar a comunicação e facilitar o acesso à justiça, bem como a transparência tanto na investigação, na instrução e tramitação dos processos, quanto nos julgamentos, nas sentenças e nas execuções dessas.

Uma outra medida defendida pelo chefe do Governo, e que deve ser, para o mesmo, prioridade absoluta, tem a ver com a transformação digital na administração da justiça para que Cabo Verde tenha uma Justiça mais célere.

“É de se reconhecer, os assinaláveis esforços que Cabo Verde tem feito na realização do Objectivo de desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030, promovendo uma sociedade pacífica, e acesso à justiça, bem como na construção de instituições eficazes e confiáveis”.

Steven Ursino,
Representante do PNUD,



LUTA CONTRA A POBREZA

“ASSISTÊNCIA PREPARATÓRIA PARA A ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO DA INICIATIVA HAND-IN-HAND” É O TÍTULO DE UM PROJECTO ASSINADO ENTRE A FAO E O MINISTÉRIO DO MAR.

INICIATIVA HAND-IN-HAND

Hand-in-Hand (HiH) é uma iniciativa global da FAO, que tem como objectivo contribuir para a erradicação da pobreza e da pobreza extrema (ODS1), a fome e todas as formas de desnutrição (ODS2) através da aceleração da agricultura e a transformação dos sistemas alimentares e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Este objetivo será alcançado por meio de planeamento de investimento especialmente diferenciado, estratégias de programação eficazes em sistemas alimentares e agrícolas e um sistema de monitoramento e avaliação detalhado com metas claras (ODS 1 e ODS 2) para permitir o monitoramento do progresso.

Em Cabo Verde, os objetivos são a melhoria da governança, de cadeia e valor das pescas dirigida aos mercados nacionais e criação de empregos azuis decentes, principalmente

para mulheres e jovens não-diplomados.

Espera-se que (i) as capacidades técnicas e organizativas dos atores da Economia Azul, em particular as mulheres e os jovens, sejam reforçadas em apoio da Nova Carta da Economia Azul 2020, (ii) a cadeia de valor dos pelágicos capturados pelas pescas artesanais seja melhorada através dos mercados nacionais, incluindo o turismo; (iii) a utilização de infraestruturas e a eficiência dos serviços de #pesca para a valorização dos produtos sejam melhoradas.

Os principais #parceiros são o Ministério do Mar, as associações profissionais, universidades e centros de pesquisa. O projeto é financiado pela FAO, no montante de 350 mil dólares, beneficiando instituições públicas, setor privado, organizações da sociedade civil e atores do setor da Economia Azul.



CABO VERDE JÁ TEM A SUA EQUIPA NACIONAL PARA ELABORAR O INVENTÁRIO NACIONAL DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA



Cabo Verde passa a contar com especialistas formados em “Negociações na Área das Mudanças Climáticas”, técnicos capacitados no uso de metodologias para a realização do inventário de GEE e preparados para usar o software sobre as diretrizes 2006 do IPCC, para tratamento dos dados recolhidos nos vários sectores.

Com o objetivo de preparar o Primeiro Relatório Biental Atualizado, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ratificada pelo país em 1995, técnicos de instituições do setor da agricultura, ambiente e energia concluíram uma formação que os habilita a fazerem o inventário nacional de gases com efeito de estufa.

A formação serviu para fortalecer as capacidades nacionais no uso das Diretrizes de 2006 do IPCC para os GEE (atualização de 2019) incluindo a revisão dos inventários em preparação e desenho de planilhas que apoiem na recolha de dados para a preparação atempada e sistemática dos inventários de GEE.

Durante a formação, os técnicos e especialistas nacionais aprenderam a estimar as emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases com efeito de estufa, com vista a melhorar os inventários nacionais de gases com efeito de estufa bem como a elaborar inventários de gases com efeito de estufa e na implementação de políticas para redução de emissões.



O que dizem os formandos

Para Jaqueline Pina, da Direção Nacional do Comércio e Energia, os impactos da formação são importantes: “A formação deu-nos uma perspetiva ampla sobre as necessidades que temos em termos de recolha de dados e como devemos nos preparar para fazer o inventário. Também, permitiu-nos conhecer e olhar para o setor a fundo, ter dados desagregados sobre os GEE. Passamos a considerar dados que existem no país e que até agora não considerávamos no inventário.”, explica a formanda.

Por sua vez, Alexandre Centeio classificou a formação como excelente, realçando o facto desta ter permitido aos formandos aprender sobre como desagregar dados relacionados com os GEE: “Para o setor que represento, é muito importante a desagregação de dados bem como a sua disponibilização.”

A formação contou com o apoio do PNUD, e é uma das ações constantes no plano de atividades do projeto “Quarta Comunicação Nacional e Primeiro Relatório Biental Atualizado, financiado pelo PNUD-GEF e executado pelo Ministério da Agricultura e Ambiente, através da Direção Nacional do Ambiente.



FAO

NOVO QUADRO DE PROGRAMA DO PAÍS (CPP) 2023-27 DISCUTIDO COM PARCEIROS EM CABO VERDE

A FAO, em parceria com o Governo, realizou nas cidades da Praia e do Mindelo, dois Workshops Nacionais de Consulta Estratégica do novo Quadro Programa de País FAO-Cabo Verde para o período 2023-2027.

Trata-se do instrumento de planeamento e programação da FAO que traduz a Estratégia da Agência em ações alinhadas com as prioridades de Cabo Verde. Como tal, o CPP contribui diretamente para o 2º Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) do Governo, para a Agenda 2030 e para os ODS a nível nacional. Também estará plenamente integrado no Quadro de Cooperação das Nações Unidas com o país 2023 - 2027.

Ana Laura Touza acrescentou ainda que *“entramos numa nova fase da já longa e profícua cooperação entre a FAO e Cabo Verde com o novo programa que definirá as áreas prioritárias de governação e orientar a parceria entre as partes, reunindo as melhores práticas inovadoras internacionais e as normas mundiais com a expertise nacional e regional.”*



De acordo com a Representante da FAO *“este documento surge num contexto social e económico, local e global, completamente novo e atípico, marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19, pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia e por anos consecutivos de seca que esperamos, e os sinais são animadores, sejam ultrapassados nos próximos tempos”.*

O objetivo da consulta é incluir a visão dos principais atores de Cabo Verde no desenho da Teoria da Mudança do CPP 2023-2027, que também deve fluir do Quadro de Programação das Nações Unidas com Cabo Verde e ser alinhado com as prioridades nacionais, através de um processo de consulta participativa com todas as seguintes partes interessadas: Ministérios e Instituições nacionais relevantes, agências das Nações Unidas enquadradas no contexto do Country Framework, parceiros técnicos e financeiros, organizações da sociedade civil, ONG's e o setor privado.

A FAO espera que no final deste novo , em 2027, mais pessoas estejam habilitadas e tenham melhor acesso a uma nutrição segura, inclusiva e equitativa, baseada em sistemas de produção alimentar locais, resistentes ao clima e baseados no conhecimento, que criem empregos decentes e promovam soluções inovadoras e sustentáveis baseadas na Natureza.

FAO NA IX EXPOMAR 2022

FAO em Cabo Verde marcou presença, na Feira das Atividades Económicas ligadas ao Mar (Expomar) que decorreu em São Vicente, no terceiro trimestre de 2022. O evento, sob o lema *“Nós mar, nós riqueza”* foi organizado pela FIC – Feira Internacional de Cabo Verde em parceria com o Ministério do Mar.

O evento tem como objectivo apresentar (i) Propiciar ambiente de negócios; (ii) Criar condições para a consolidação/ afirmação de empresas nacionais e estrangeiras; (iii) Apresentar/conhecer/ a diversidade das espécies marinhas em Cabo Verde; (iv) Divulgar o elevado potencial gastronómico na base dos produtos do mar; (v) Apresentar novas oportunidades e novos produtos com grande potencial; e (vi) Despertar para o empreendedorismo em diferentes áreas nomeadamente as pescas, o turismo, a indústria, o desporto de entre outras.



A participação da FAO permitiu divulgar o papel e o trabalho da organização, enquanto agência da ONU, em matéria de pescas, mar e Economia Azul, esultados/andamento de projetos ligados ao mar (Economia Azul, Iniciativa Pesca Costeira, Hand in Hand) e promover o intercâmbio com instituições/projetos do setor em Cabo Verde e na região da Macaronésia (Canárias, Madeira e Açores).

A Expomar 2022 contou com 54 stands de expositores nacionais e estrangeiros, provenientes dos Açores, Canárias e Madeira.

VISITA DE BENCHMARKING DO GABINETE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS CRIMINAIS DO SENEGAL A CABO VERDE COM A PARCERIA DO ONUDC

ONUDC recebeu uma missão de benchmarking e partilha de experiências do Gabinete de Recuperação de Ativos Criminais (ONRAC), entidade que, no Senegal, é responsável pela gestão de todos os bens apreendidos ou confiscados ou sujeitos a uma medida de proteção no decurso de um processo penal e que requerem a realização de atos administrativos para a sua preservação, e pela alienação de bens ordenados ou autorizados pelo tribunal.

Esta visita insere-se no quadro do Programa Global contra a Lavagem de Capitais, o Produto do Crime e o Financiamento do Terrorismo, implementado pelo Escritório Regional do ONUDC (ROSEN), através do projeto de "Reforço das Capacidades de Combate à lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo", em colaboração com a Cellule Nationale de Traitement des Informations Financières (CENTIF) do Senegal, como parte da implementação do plano de ação do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) para a Cooperação Internacional (ICRG).



Face ao reconhecimento da eficácia e da eficiência nos resultados obtidos pelas autoridades caboverdianas nesta matéria, a visita teve como objetivo contribuir para a capacitação dos membros do ONRAC, e beneficiar da experiência caboverdiana do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB) Cabo Verde, tanto a nível organizacional como operacional em relação ao processo de recuperação e gestão de bens criminais, bem como reforçar a cooperação entre as supracitadas entidades.



1ª EDIÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DA ONUDC

O Centro de Estudos Africanos para Desenvolvimento e Inovação (CEADI) realizou, nos dias 23 e 24 de agosto de 2022, na cidade da Praia, 1ª Edição do Fórum Nacional dos Direitos Humanos, sob o lema: "Efetivar Direitos e Combater as Desigualdades para Cumprir agenda 2030", tendo o ONUDC participado na qualidade de orador no painel sobre os Direitos Humanos e Segurança Pública.



De acordo com o Presidente do Conselho Diretivo do CEADI, Dr. Guedson Rompão, ela é um Think Tank filantrópico de investigação científica, de âmbito internacional, cuja aposta primeira incide sobre a democratização do conhecimento por meio da produção, publicação e difusão dos estudos com abordagens críticas face aos desafios prementes das sociedades contemporâneas.

A sessão de abertura do evento foi presidida pelo Presidente da República, Dr. José Maria Neves



SAÚDE ANIMAL: CABO VERDE ACOLHE PELA 1ª VEZ A REUNIÃO ANUAL DAS REDES DA CEDEAO



A primeira capital de Cabo Verde, Cidade Velha, recebeu ainda no terceiro trimestre de 2022 a VIII Reunião das Redes Regionais de Saúde Animal da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) organizada pelo Centro Regional de Saúde Animal (RAHC) em colaboração com a FAO, o Gabinete Inter-Africano de Recursos Animais da União Africana (UA-BIRA) e parceiros.

Na abertura, a Representante da FAO falou da realidade do país nesta matéria tendo destacado a importância da pecuária para a economia regional e local. *“Na África Ocidental a criação de animais contribuiu com cerca de 35 por cento (%) do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que em Cabo Verde 85% das famílias rurais se dedicam à criação de animais nas suas residências. Isto faz da pecuária uma atividade importante para as economias das populações rurais. Em Cabo Verde a situação da saúde animal é privilegiada, uma vez que o país está livre da peste bovina e das doenças de pequenos ruminantes, como a febre aftosa”,* referiu Ana Laura Touza.

na sua mensagem lembrou ainda que em 2019 foi validada a Estratégia Nacional de Prevenção, Controlo e Luta contra os Parasitas e, mais recentemente, a FAO apoiou na formulação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Pecuária em Cabo Verde.

Participaram na reunião pontos focais das redes de saúde animal da África Ocidental, Diretores dos serviços de Veterinários, Presidentes das Associações Veterinárias Nacionais dos Estados-membros da CEDEAO e técnicos com o propósito de analisar as possibilidades da erradicação até 2030 de doenças que afetam os animais como a raiva, a febre aftosa e a peste nos pequenos ruminantes.

O encontro teve como objectivos promover o intercâmbio, avaliar o nível de implementação das recomendações saídas da reunião anterior e dos resultados obtidos, discutir as dificuldades, encontrar soluções e planear atividades.



TRÁFICO DE PESSOAS

MESA REDONDA SOB O TEMA: USO E ABUSO DE TECNOLOGIA

O Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas, este ano decorreu sob o lema escolhido pelo ONUDC 'Uso e Abuso da Tecnologia', centrando-se no papel da tecnologia como instrumento que pode tanto permitir como deter o tráfico de pessoas. Nessa ocasião, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Justiça, em parceria com o ONUDC, realizou, uma Mesa Redonda sob o lema, que visa promover o debate em torno do tráfico de pessoas em Cabo Verde, chamar a atenção para o facto de que os governos, as empresas e o público em geral precisam de ter consciência das fortes ameaças de tráfico, representadas pela tecnologia e agir rapidamente para se protegerem a si próprios e às populações em risco de serem exploradas.

Simultaneamente, estes atores devem dedicar recursos e atenção à utilização da tecnologia para detectar, resgatar e apoiar as vítimas bem como processar os traficantes.



Na ocasião a Ministra da Justiça, Joana Rosa destacou o impacto negativo e o papel devastador que as redes sociais e a Internet, têm hoje de modo geral, na facilitação das práticas de crimes transnacionais, sendo utilizados no tráfico de pessoas para abordar vítimas, persegui-las e capturá-las.

Note-se que a pandemia da COVID19, em 2020,, devido ao confinamento e consequentemente um uso exponencial da internet e das novas tecnologias de informação, desencadeou pela um aumento considerável de casos de tráfico de pessoas.

O evento contou com presença de cerca de 40 participantes provenientes do Sistema Judicial e representantes de várias entidades nacionais que trabalham com a temática dos direitos humanos, como ICIEG, ACRIDES, ICCA e CNPD.



**DIA MUNDIAL CONTRA
O TRÁFICO
DE PESSOAS
30 DE JULHO**



Créditos:

Esta é uma publicação das Nações Unidas em Cabo Verde
Coordenação, adaptação, design gráfico, paginação, produção: Anita Pinto, Communication and Advocacy Specialist

Textos:

FAO: Rui de Almeida Santos, Communication Officer

UNDP, UNFPA e UNICEF - Natacha Magalhães, Communication Analyst

ONU-Habitat - Jeiza Barbosa, National Technical Analyst Country Office Focal Point, PSUP advisor for Lusophone Africa (Cabo Verde, Angola and Mozambique)

UNODC - Ana Cristina Andrade, Senior Coordinator of the UNODC Programme Office Cabo Verde, Head a.i. of the UNODC Programme Office Guiné Bissau, United Nations Office on Drugs and Crime - Regional Office for West and Central Africa UNODC ROSEN

Fotografias:

Natacha Magalhães, Anita Pinto, ONU-Habitat, FAO - Rui Almeida Santos, Governo de Cabo Verde, CEADI, Procuradoria-Geral da República, Polícia Judiciária
Foto Capa © UN Cabo Verde/Anita Pinto